

## **AVALIAÇÃO DAS PRÓPRIAS FORÇAS**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 25.02.1985

A demissão de Bernardo Grinspun do cargo de Ministro da Economia da Argentina

Pode ser interpretada como mais uma prova de que é impossível enfrentar o FMI. Mais prudente seria a posição do México ou do Brasil, que reconheceram desde o início o poder do Fundo e do sistema financeiro internacional, e trataram de realizar seu próprio ajustamento nos termos exigidos por quem tem poder.

Esta, entretanto, é uma interpretação apressada. Na Argentina, a partir da eleição de Raul Alfonsín, foram cometidos muitos erros. A inflação passou de 400 para quase 800 por cento porque o governo prometeu elevar salários e garantir um crescimento real da economia quando ainda não havia colocado um mínimo de ordem no descalabro monetarista de Martínez de Hoz. E decidiu enfrentar o FMI quando não tinha logrado um superávit comercial e reservas que lhe permitissem o confronto. E mais, quando não tinha uma firme estratégia seja para conduzir o problema da dívida externa, seja para enfrentar os problemas internos.

Em outras palavras, Grinspun não avaliou suficientemente suas próprias forças, não compreendeu que em certos momentos é preferível aceitar as diretrizes do Fundo seja porque o país está desajustado e uma pressão externa ajuda-o a ajustar-se, seja porque o país ainda não possui nem reservas nem superávit comercial suficientes para bancar uma ruptura com o Fundo.

No caso do Brasil, hoje, a situação é muito diferente. Há dois anos e meio atrás, quando irrompeu a crise, o Brasil não tinha outra alternativa senão ajustar-se. Mais lentamente, com menos violência, mas ajustar-se: eliminar o déficit público, lograr superávits

comerciais, equilibrar a conta-corrente, restabelecer o nível das reservas internacionais, desvalorizar a moeda, eliminar os subsídios, equilibrar os preços relativos.

Tudo isto foi feito, mas o Fundo ainda não está satisfeito porque a inflação não apenas não retrocede, mas acelera-se. E exige, irracionalmente, mais contração fiscal, maior superávit público, e portanto nova recessão, quando se sabe que a inflação brasileira é autônoma ou inercial o que torna os métodos ortodoxos de combatê-la extremamente custosos e ineficientes.

E exatamente neste momento, quando o Brasil já se ajustou, possui reservas e um grande superávit comercial, ou seja, quando o Brasil aumentou fortemente seu poder de barganha o Fundo e os bancos credores suspendem as negociações e exigem a assinatura de uma oitava carta de intenções.

Esta é uma atitude agressiva da parte dos nossos parceiros no Norte. Afinal temos um novo governo com compromissos solenes de garantir a retomada do crescimento brasileiro. E este governo não deve estar disposto a assinar cartas que não pretende cumprir. Não pode, portanto, assinar uma carta de intenções recessiva. Por outro lado, a capitalização parcial dos juros é uma alternativa sempre presente, desde que Paulo Lira a propôs, e principalmente desde que a Comissão do Plano de Governo a endossou. Será preferível não adotar essa solução, mas hoje ela é perfeitamente viável se for necessária.

O presidente do Banco Central agiu muito bem ao tentar, até o último momento, renegociar a dívida brasileira de forma global. Não o conseguiu porque algumas metas de menor importância não foram cumpridas. Agora não resta outra alternativa ao novo governo senão renegociar tudo de novo, inclusive uma oitava carta de intenções que embora austera não seja recessiva. Para obter êxito nessa negociação, entretanto, será necessário usar com firmeza o poder de barganha de que hoje o país dispõe.